

# Bobbio crítico de Poulantzas

Armando Boito Jr.<sup>1</sup>

Norberto Bobbio, num texto intitulado “Marxismo e ciências sociais”, que é a versão escrita de palestra que ele proferira em dezembro de 1972 na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Catânia, e que foi publicado em 1974 na *Rassegna Italiana de Sociologia*, tece comentários críticos sobre o livro de Nicos Poulantzas, *Poder político e classes sociais*<sup>2</sup>. Poulantzas, quando jovem, fora aluno de Bobbio e ambos chegaram a se corresponder. De fato, em outro ensaio que está publicado no *Né con Marx, né contro Marx*, Bobbio informa que, em 05 de março de 1978, escreveu uma carta a Poulantzas, criticando a tese presente em outro livro do autor, segundo a qual não haveria, e nem seria possível haver, uma teoria geral do Estado<sup>3</sup>. Diz Bobbio que Poulantzas não lhe respondeu<sup>4</sup>. Um ano depois, em 20 de abril de 1979,

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Ciência Política da Unicamp. E-mail: armando.boito@gmail.com

<sup>2</sup> Norberto Bobbio, “*Marxismo e scienze sociali*”. *Rassegna Italiana de Sociologia*, volume 15, número 4, outubro/dezembro de 1974. O texto foi republicado em uma coletânea de textos de Norberto Bobbio intitulada *Né con Marx, né contro Marx*, organizada por Carlo Violi. Roma: Editori Riuniti. 1997. pp. 115-153. Há uma edição brasileira desse livro. Norberto Bobbio, “*Marxismo e ciências sociais*”. In Norberto Bobbio, *Nem com Marx, nem contra Marx*. São Paulo: Editora Unesp. 2004. Pp. 167-207.

<sup>3</sup> Norberto Bobbio, “*Rapporti Internazionali e marxismo*”. In *Né con Marx, né contro Marx*, op. cit. p. 183. Na tradução brasileira, “*Relações internacionais e marxismo*”. In *Nem com Marx, nem contra Marx*, op. cit., p. 238. A partir de agora, citarei apenas a tradução brasileira.

<sup>4</sup> O livro criticado na carta de Bobbio a Poulantzas é o *L'État, le pouvoir, le socialisme*. Paris: Presses Universitaires de France (PUF). 1978. Um detalhe interessante: esse livro de Poulantzas foi publicado, segundo informação contida na página 04 da primeira edição, no primeiro trimestre de 1978 e Bobbio escreveu a Poulantzas comentando o livro no dia 05 de março do mesmo ano, ou seja, leu e comentou o livro assim que ele foi lançado.

e sempre segundo Bobbio, Poulantzas teria lhe escrito, mas para tratar de outro tema – as críticas que o filósofo italiano lhe fizera num texto em que o objeto da polêmica eram as teses de Louis Althusser sobre a crise do marxismo. Salvo erro, essa correspondência permanece inédita.

Eu avalio negativamente a crítica de Bobbio e pretendo neste pequeno texto indicar por quê. Faço questão de esclarecer que tal avaliação negativa não significa que eu próprio não tenha críticas aos trabalhos de Nicos Poulantzas. Aliás, como já destacaram inúmeros comentaristas, a obra de Poulantzas apresenta diversas fases nas quais os conceitos e teses do autor mudam muito, ou seja, seria mesmo impossível aceitar as teses do conjunto dos seus trabalhos visto que há conflitos entre elas<sup>5</sup>. Para ilustrar o que digo, indico ao leitor, e bem sumariamente, mudanças importantes relativas ao Estado – que é o grande tema tanto da obra teórica quanto da obra histórica de Poulantzas – e que ajudarão a esclarecer o debate com Bobbio. Para tanto, vou me apresentar algumas ideias bem sabidas, mas também outras novas e polêmicas.

## **Polêmicas sobre a obra de Poulantzas**

Em *Pouvoir politique et classes sociales*, cuja primeira edição data de 1968, o aparelho do Estado capitalista é apresentado, em decorrência do caráter formalmente igualitário do seu direito e em decorrência também da abertura formal das suas instituições a indivíduos egressos de todas as classes sociais, abertura que é o elemento fundamental para a formação de uma burocracia profissional, esse aparelho é apresentado, dizíamos, como centro produtor de ideologia: o *efeito de isolamento*, que atomiza os indivíduos e bloqueia a percepção do seu pertencimento

---

<sup>5</sup> Análise esclarecedora da evolução das teses de Poulantzas encontra-se em Adriano Codato, Poulantzas, o Estado e a revolução. *Crítica Marxista*, n. 27. <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/index.php>

de classe, e o *efeito de representação da unidade*, que apresenta o conjunto dos indivíduos, já atomizados, como parte integrante de um mesmo e único coletivo, a nação, desviando os trabalhadores da organização num coletivo de classe<sup>6</sup>. A tese geral é a seguinte: esses dois efeitos ideológicos geram a concepção burguesa de cidadania e a concepção burguesa de nação, concepções que podemos considerar as figuras básicas da ideologia política burguesa, que são as concepções que permitem a reprodução das relações capitalistas de produção. A estrutura particular do Estado capitalista, que o distingue dos tipos de Estado pré-capitalista, permite que esse Estado desempenhe, de uma maneira particular e compatível com a economia capitalista, a função geral de todo e qualquer Estado: assegurar a coesão de uma sociedade dividida em classes.

Ora, em *Fascisme et dictature*, publicado em 1970, apenas dois anos após a publicação do livro anterior, Poulantzas incorpora, sem nenhuma referência ao seu conceito anterior de Estado, o conceito de “aparelhos ideológicos de Estado” na análise do fascismo. Esse conceito, que Althusser cunhou amplamente apoiado no conceito gramsciano de sociedade civil, sustenta que o aparelho burocrático e repressivo do Estado capitalista, aquilo que Gramsci denomina Estado em sentido restrito, seria, no sistema de dominação de classe, o responsável, fundamentalmente, pela repressão, enquanto os denominados aparelhos ideológicos de Estado seriam os responsáveis pela produção, sistematização e difusão da ideologia burguesa. Duas ideias fundamentais são abandonadas sem nenhuma explicação da parte de Poulantzas. Primeiro, a concepção do Estado como um aparelho especial e não como uma rede fluida, que a tudo e a todos abrange, de instituições como a imprensa, as igrejas, os sindicatos, partidos e, até a família. Segundo, é abandonada a ideia fundamental de que

---

<sup>6</sup> Uma nova tradução brasileira do livro *Poder político e classes sociais* encontra-se no prelo pela Editora da Unicamp, devendo ser publicada ainda neste ano de 2019. Décio Saes retoma e desenvolve de modo esclarecedor análise do Estado capitalista de Poulantzas. Décio Saes, O conceito de Estado burguês. In *Estado e democracia: ensaios teóricos*. 2ª Ed. Campinas: IFCH. 1998.

seria o Estado capitalista – “em sentido restrito” – que produziria as figuras básicas da ideologia burguesa, isto é, que o chamado aparelho burocrático e repressivo do Estado capitalista seria gerador de figuras ideológicas sem as quais, podemos afirmar por nossa própria conta, nenhum aparelho privado de hegemonia poderia, por falta de “matéria-prima”, funcionar como tal.

Oito anos mais tarde, quando publicou em 1978 o seu *L'État, le pouvoir, le socialisme*, Poulantzas abandonou os conceitos de direito e de burocratismo que desenvolvera em *Pouvoir politique et classes sociales*, que eram os conceitos que designavam tanto o modo específico e necessário de funcionamento da instituição Estado capitalista, quanto a correspondência, também necessária, de tal instituição com as relações de produção capitalistas. Substituiu esse enfoque pela ideia, indiferente na sua generalidade, segundo a qual o Estado capitalista seria “uma relação social”, algo que, evidentemente, não só essa instituição, mas tudo o mais que existe em sociedade o é. Partindo dessa generalidade indiferente, que pode aparecer como novidade esclarecedora aos olhos do leitor desavisado e, com isso, obter um voto de confiança para sua tese, Poulantzas chegava à formulação, esta sim mais precisa e nada indiferente, segundo a qual o Estado seria, enquanto relação social, a “condensação material de uma relação de forças”. Sugeria que, alterando-se a correlação de forças, alterar-se-ia a natureza de classe do Estado. A tese leninista sobre a necessidade de destruição do aparelho de Estado burguês para a construção de uma nova instituição política adequada à organização e ao exercício do poder político da classe operária era abandonada e substituída pela ideia, segundo a qual a instituição Estado capitalista poderia moldar-se, ilimitadamente, às injunções da correlação política de forças entre as classes sociais. Esse novo enfoque de Poulantzas dissolve a distinção e a unidade entre aparelho de Estado e poder de Estado. Dissolve a distinção, ao afirmar que o Estado é mera condensação de relações de força; dissolve a unidade, ao pretender que uma mesma instituição estatal serve para o exercício do poder político por diferentes classes sociais.

## Um desajuste surpreendente e comprometedor

Bobbio, em “Marxismo e ciências sociais”, pretende analisar a polêmica mais geral entre os dois campos indicados no título do seu ensaio. Ele apresenta, na primeira parte do ensaio, os terrenos onde se dariam os conflitos entre, de um lado, “os marxistas” e, de outro, “os sociólogos”: no terreno da epistemologia, da teoria, do método e da posição política. A ideia dessa distribuição é atraente, mas a sua realização, como pretendemos mostrar, nem tanto – Bobbio não aprofunda o exame de cada um desses pontos, compara-os de modo ligeiro e os apresenta separadamente uns dos outros. Em seguida, propõe exemplificar essa polêmica mais geral comparando dois livros que, afirma ele, teriam tido grande impacto nas universidades italianas: o livro de Poulantzas, *Pouvoir politique et classes sociales* – a partir de agora citado PPCS – e um livro dos cientistas políticos estadunidenses Almond e Powell<sup>7</sup>.

Bobbio inicia o seu texto com uma apresentação resumida da epistemologia, da teoria e da metodologia marxista. Quem conhece a diversidade do campo marxista sabe que essa é uma tarefa muito ingrata. Porém, Bobbio demonstra ignorar a complexidade do problema e procede de modo surpreendentemente ingênuo. Supõe que o campo marxista seja um campo homogêneo, escolhe, sem nenhuma justificativa sequer, três ou quatro autores que irá utilizar para definir as características gerais desse campo, e utiliza tal caracterização para fazer o confronto com o campo “dos sociólogos”. Ora, nenhum desses dois campos são homogêneos. Entre “os sociólogos”, temos teorias das mais diversas, fato tão notório que nem vale a pena discorrer sobre ele. Já no campo dos marxistas, embora seja plausível conceber uma unidade teórica geral, não autoriza a conclusão de que esse campo seria homogêneo. Podemos aceitar uma unidade teórica e política

---

<sup>7</sup> G. A. Almond e G. B. Powell, *Comparative politics. A development approach*. Boston: Little, Brown and Company. 1966.

geral do campo marxista. Ela dar-se-ia em torno de teses elementares: concepção da história como processo, reconhecimento da possibilidade de transição ao socialismo na fase atual do processo histórico e aceitação da tese da necessária direção dos trabalhadores no processo de transição. Porém, nem por isso, poderíamos imaginar que o campo marxista fosse desprovido de divergências teóricas significativas. Cada uma das três teses teórico-políticas citadas comporta mais de uma interpretação e, sem negá-las, é possível defender teses distintas em muitas outras matérias. Decorre daí a existência de várias tradições marxistas.

Bobbio passa por cima de todas essas questões. Caracteriza o campo marxista utilizando conceitos e teses que retira de textos de Karl Korsh, Georges Lukács, Theodor Adorno e Max Horkheimer. Verifica-se o predomínio da chamada Escola de Frankfurt. A pergunta que fica, então, é como que um marxismo assim desenhado poderá justificar a escolha do livro PPCS de Poulantzas como realização exemplar do marxismo. Elementos teóricos e políticos fundamentais da Escola de Frankfurt – pessimismo histórico, ceticismo quanto ao papel do proletariado, prioridade para a análise da circulação de mercadoria em detrimento das relações de produção e outras – divergem claramente do marxismo praticado por Nicos Poulantzas. Norberto Bobbio, um reconhecido especialista em história das ideias, preferiu contornar a complexidade do campo marxista e ignorar a novidade do marxismo da escola althusseriana – para não falarmos da simplificação que consiste a definição do campo dos “sociólogos”.

Bobbio apresenta, então, aquelas que seriam as características do campo marxista – que é o que nos interessa diretamente – contrastando-as com aquelas que seriam, segundo ele, as características do campo “da sociologia”. Correndo o risco de ser enfadonho, vou resumir para o leitor tal caracterização.

No que diz respeito à epistemologia, o marxismo, ao contrário “dos sociólogos”, recusaria qualquer teoria geral da economia, da política ou da história. Ele cita Karl Korsch: o princípio fundamental

do marxismo seria o da “especificação histórica”; recusaria, também, qualquer aproximação entre ciências naturais e sociais – aqui, Bobbio cita Adorno: no estudo da sociedade, o homem seria, ao mesmo tempo, sujeito e objeto de análise, diferentemente das ciências naturais em que a separação entre sujeito e objeto é clara; e recusaria, por último, a neutralidade do cientista social. No plano da teoria, os sociólogos, e Bobbio usa aqui como exemplo significativo o funcionalismo de Talcott Parsons, estariam preocupados com o tema da ordem e da reprodução da sociedade, enquanto os marxistas estariam preocupados com o tema da ruptura e, segunda grande diferença, em Parsons, o determinante seria o subsistema cultural, enquanto no marxismo, o sistema econômico. No plano do método, o marxismo seria historicista e a sociologia, “sociologista”: o primeiro partiria do concreto para o abstrato e retornaria ao concreto, enquanto o empirismo sociológico partiria do concreto para o “(...) abstrato, ao sempre mais abstrato, de onde não volta mais a descer ao concreto.”<sup>8</sup>; ainda na metodologia, e recorrendo a Adorno e a Habermas, Bobbio se refere ao princípio da totalidade – “(...) quem não consegue ver o todo não consegue também ver as partes (...)”<sup>9</sup>. A sociologia estaria, na visão dos marxistas, a “(...) promover pesquisas sempre mais reduzidas e portanto sempre mais insignificantes (...)”<sup>10</sup>. Por último, a disputa entre marxistas e “sociólogos” no terreno da ideologia. Aqui, trata-se do seguinte: as teses defendidas por cada uma das partes envolvidas nos debates referentes à epistemologia, à teoria e à metodologia têm supostos e consequências valorativas – explicitar ou ocultar os valores que se defende, pensar a mudança e não o equilíbrio, detectar a existência de um sistema que governa as partes e não se perder no detalhes são, todos, procedimentos que indicam um contraste ideológico entre o campo marxista e o campo da sociologia.

---

<sup>8</sup> Norberto Bobbio, *Nem com Marx, nem contra Marx*. Op. cit. P. 182.

<sup>9</sup> Idem, p. 185

<sup>10</sup> Ibidem, p. 184

O esquema é tão atraente quanto simplório. Tanto a caracterização do campo marxista quanto a do campo dos “sociólogos” incorrem em simplificações, generalizações, omissões e afirmações im procedentes. Não vem ao caso discutir a fundo o tal esquema. Vamos nos ater a alguns aspectos do desajuste entre esse esquema e o livro de Poulantzas que o exemplificaria para indicar como tal desajuste repercute negativamente nos comentários sobre o livro.

Recusa de “qualquer teoria geral”? Princípio da “especificação histórica”? As coisas podem se passar desse modo em boa parte das obras dos marxistas italianos. E é bem assim no conhecido ensaio crítico de Gramsci sobre a obra de Bukarin, ensaio no qual Gramsci reprova a tentativa de Bukarin de desenvolver a teoria geral do materialismo histórico e sustenta que o marxismo não comportaria tal empreendimento por ser um “historicismo absoluto”<sup>11</sup>. Mas, não é essa a posição do livro de Poulantzas, o PPCS, e que Bobbio, surpreendentemente e de maneira imprópria, considera um caso exemplar do marxismo tal qual ele, Bobbio, o caracterizou.

Desde a primeira página desse livro, Poulantzas adverte o leitor que ele parte de uma teoria geral, o materialismo histórico, teoria que mobiliza os conceitos gerais de modo de produção, superestrutura, estrutura, economia, ideologia e outros. Esclarece que o que ele vai fazer é produzir uma teoria regional do político no modo de produção capitalista. Para tanto, anuncia o seu percurso: partirá do conceito de político como conceito geral, atinente a qualquer modo de produção (escravista, feudal, capitalista), mobilizará, em seguida, a teoria do modo de produção capitalista, os conhecimentos teóricos existentes sobre o político especificamente no modo de produção capitalista e também as

---

<sup>11</sup> Antonio Gramsci, *Osservazioni e note critiche su un tentativo di “Saggio popolare di sociologia”*. In *Quaderni del Carcere*, 2ª Ed. Torino: Einaudi. 2014. Volume Secondo. Pp. 1396-1450. Edição brasileira organizada por Carlos Nelson Coutinho: Antonio Gramsci, *Observações e notas críticas sobre uma tentativa de “Ensaio popular de sociologia”*. In *Cadernos do cárcere*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001. Primeiro Volume. Pp. 114-168.

análises do político nas formações sociais capitalistas historicamente existentes. Ou seja, da teoria geral dos modos de produção, para a teoria regional do político no modo de produção capitalista, passando pela teoria geral do político em todos os modos de produção. De resto, ao expor o seu percurso, Poulantzas critica justamente o jovem Lukács e Karl Korsch, que são aqueles que Bobbio tomou como parâmetros. Realmente, é surpreendente constatar tamanho erro de leitura e análise de ideias na pena de um especialista da história das ideias e do pensamento político como Bobbio! De resto, o conceito de Estado capitalista, que é uma das principais contribuições do livro PPCS, e ao qual nos referimos na parte anterior deste artigo, é apresentado por Poulantzas como um tipo específico de Estado que se distingue dos Estados de tipo pré-capitalistas por desempenhar, de modo específico, a função geral de todo e qualquer Estado. Isto é, o conceito de Estado capitalista supõe um conceito geral de Estado. Voltaremos a esse ponto.

### **Críticas e as observações errôneas**

Bobbio faz uma série de comparações do PPCS com o livro de Almond e Powel e apresenta também observações interpretativas que, algumas delas, iremos comentar. Porém, ele inicia seus comentários com uma crítica geral e taxativa à obra PPCS. Considero tratar-se de uma crítica maldosa e desinformada. Explico por quê. Ele afirma que o livro de Poulantzas é confuso e obscuro, “(...) como já foi observado por quase todos os críticos.”<sup>12</sup>. O que ele apresenta como prova dessa avaliação geral tão negativa? Aqui reside o caráter maldoso da crítica: a suposta prova, e única, é uma passagem do livro que, ademais, não diz respeito ao objeto do livro – o Estado capitalista –, mas, sim, a um procedimento metodológico. Qual é a crítica que Bobbio faz a essa passagem? Como ele demonstra ser ela obscura ou confusa? Surpreendentemente, ele não apresenta ao leitor consideração alguma de conteúdo sobre o texto

---

<sup>12</sup> Norberto Bobbio, op. cit., p. 193.

que cita! Afirma tão somente não ter entendido o texto e dá o assunto por encerrado. Ao que parece, supõe ser óbvio que se ele, Norberto Bobbio, não entendeu, é porque, sem dúvida, o texto seria confuso. Conhecedor de Tomás de Aquino, Bobbio poderia ter evitado o pecado da soberba. Se ele tivesse estudado suficientemente o campo no qual se insere o livro que ele pretendia comentar, teria entendido muito bem a referida passagem que, de resto, não tem nada de confusa. É por isso que qualifico de desinformada a crítica de Bobbio. Cito o texto tal qual foi traduzido para o português.

Para a problemática marxista da teoria, trata-se ao contrário [da tipologia weberiana, ABJ] de produzir o conceito de uma instância regional de um modo de produção, não mediante uma abstração obtida dos fenômenos reais concretos de uma formação social [procedimento da tipologia weberiana, ABJ], mas mediante o processo de construção teórica do conceito de modo de produção e da articulação das instâncias que o especificam.<sup>13</sup>

No trecho acima citado, e que Bobbio diz não ter entendido, Poulantzas faz uso de uma tese – que a meu ver é idealista – presente nas obras de Louis Althusser *Pour Marx* e *Lire le Capital*, obras muito utilizadas por Poulantzas no PPCS: a tese da separação e da incomunicabilidade entre objeto de pensamento e objeto real. Partir dos fatos para elaborar os conceitos é a proposição empiricista, afirma Althusser. O conceito de fruta não viria da observação e abstração das características das diversas frutas existentes, afirma ele. Althusser elabora a noção de generalidades: generalidade I (a matéria-prima da produção teórica, que são conceitos e ideias correntes e não os fatos puros), generalidade II (o instrumento de trabalho da produção

---

<sup>13</sup> Norberto Bobbio, op. cit., p. 193. A passagem citada é parte de um longo parágrafo que a torna ainda mais clara do que já é. Nicos Poulantzas, *Pouvoir politique et classes sociales*. 2ª ed. Paris: François Maspero. 1971. Volume I, p. 153.

teórica, que são a teoria e seus conceitos) e generalidade III (o produto do processo de produção teórica: o conhecimento). O processo se inicia e se encerra no pensamento e não há comunicação possível entre ele e os fatos brutos<sup>14</sup>. Bobbio, que parece desconhecer o debate, afirma simplesmente que não entendeu essa única passagem, toca em frente, e deixa todo o livro contaminado pela acusação de ser uma obra obscura. É suficiente para criar uma indisposição do leitor do seu texto para com o livro comentado, e eu pude constatar, em conversas e debates com leitores de Bobbio, que essa indisposição foi de fato criada. Nunca leram PPCS e têm para si, lembrando esse texto de Bobbio, que se trata de um livro confuso e obscuro.

Em seguida, Bobbio ironiza a afirmação de Poulantzas, segundo a qual o corporativismo fascista guardaria semelhanças com o corporativismo socialdemocrata. Poderíamos dizer, recordando a terminologia de Schmitter<sup>15</sup>, que o corporativismo estatal fascista guardaria semelhança com o corporativismo societal do Estado de bem-estar. Não é uma ideia para ser descartada sem mais e é uma afirmação apenas de passagem de Poulantzas, mas Bobbio apressa-se em fazer ironia, afirmando que a tese do “social fascismo” custa a morrer. Ele se refere à tese oficial da Internacional Comunista em vigor entre 1928 e 1935 e, segundo a qual, a Social Democracia seria aliada do fascismo e se confundiria com ele – daí a expressão social-fascismo para caracterizar a Social Democracia – o que, evidentemente, impediu a unidade dos dois grandes partidos de base operária, a Social Democracia e os Partidos Comunistas, na luta contra o fascismo. Ora,

---

<sup>14</sup> Louis Althusser, *Pour Marx*. Paris: François Maspero. 1965. Particularmente, pp. 186-197. Nova tradução brasileira dessa obra foi recentemente publicada. Louis Althusser, *Por Marx*. Campinas: Editora Unicamp. Coleção Marx 21. 2015. Particularmente, pp. 148-156. Ver também Louis Althusser, *Du capital à la philosophie de Marx*. In Louis Althusser, Etienne Balibar, Roger Establet, Pierre Macherey e Jacques Rancière, *Lire le Capital*. 2ª Ed. Paris: Presses Universitaires de France (PUF). 1996. Particularmente, pp. 32-47.

<sup>15</sup> SCHMITTER, Philippe C. Still the Century of Corporatism? *Review of Politics*, n. 36, 1974.

o livro *Fascismo e ditadura* de Poulantzas, publicado em 1970, dois anos antes da palestra de Bobbio, tem um capítulo inteiro dedicado a criticar a tese do social-fascismo – aliás, trata-se de crítica muito desenvolvida e sofisticada desse conceito canhestro<sup>16</sup>. Poulantzas rejeita com firmeza a tese do social-fascismo e apresenta cinco críticas detalhadas aos seus pressupostos e consequências, destacando dimensões que nem sempre aparecem na bibliografia sobre esse tema: a) a tese desconhece ou subestima a diferença entre a forma democrática e a forma ditatorial do Estado burguês; b) desconhece ou subestima a diferença entre a base massa do fascismo, que é a pequena burguesia, e a base de massa da socialdemocracia que era a classe operária; c) desconhece que o ambiente no qual a socialdemocracia pode existir e prosperar é a democracia burguesa, diferentemente do fascismo; d) supõe que a burguesia jogaria, livremente, ora a “carta da colaboração de classes” – cooptando a Social Democracia – ora a “carta fascista”; e) a orientação ultraesquerdista decorrente da tese do social-fascismo – quando os comunistas chegaram a sustentar que, embora o inimigo principal fosse o fascismo, o golpe principal deveria ser desferido contra a Social Democracia – que impediu a unidade dos partidos operários e facilitou a ascensão do fascismo. Mais uma vez, é necessário conhecer os autores que se pretende comentar.

Bobbio prossegue. Afirma que, no livro de Poulantzas, a luta de classes divide catastroficamente a sociedade. Aqui, a falta de compreensão do livro é grave. A grande novidade do livro de Poulantzas é que, na sua análise da estrutura do Estado capitalista, ele mostra que essa estrutura produz efeitos ideológicos que garantem a reprodução das relações de produção capitalistas. Essa é uma das duas ou três teses mais inovadoras desenvolvidas do livro. Como já indicamos no início do presente texto, os efeitos ideológicos são dois: efeito de isolamento, provocado pelo direito, e efeito de representação

---

<sup>16</sup> Nicos Poulantzas, *Fascisme et dictature*. Paris: François Maspero. 1970. Ver Parte Quatro : Fascisme et Classe Ouvrière. Pp. 145-181.

da unidade, provocado pela existência da burocracia e, para o caso da forma democrática do Estado burguês, provocado, também, pela representação baseada no sufrágio universal. Ainda repetindo o que já dissemos no início, o primeiro desses efeitos, mostra Poulantzas no PPCS, dissolve os coletivos de classe, individualiza, enquanto o segundo reúne os agentes já individualizados num coletivo imaginário que se opõe ao coletivo de classe: a nação. Conclusão: nos períodos de estabilidade do Estado capitalista – friso bem: estabilidade do Estado capitalista, não de um regime político ou de um governo qualquer – a luta econômica de classes ocorre, mas não se verifica o antagonismo da luta pelo poder de Estado, que é o que interessa a Bobbio em seu comentário.

Na verdade, os críticos mais acurados de Poulantzas acusaram-no, devido a essa tese, de funcionalista: a ideologia produzida pelo Estado bloquearia a luta de classes pelo poder e a dominação de classe se reproduziria indefinidamente. Bobbio, ao contrário, passou em branco por esse problema central do livro. Não percebeu essa marcante especificidade: destoando da apresentação simplista que ele fizera do campo marxista na primeira parte do seu artigo, o marxismo da escola althusseriana e o de Poulantzas não têm visão catastrofista da sociedade. A oposição entre “os sociólogos”, preocupados com a estabilidade e o equilíbrio, de um lado, e os marxistas, preocupados com a ruptura e a mudança de outro, revela novamente o seu simplismo e inadequação. No que tange ao campo marxista – não vamos comentar a imputação ao campo dos “sociólogos” de preocupação exclusiva ou central com o equilíbrio, imputação igualmente errônea nos termos genéricos que Bobbio a apresenta – a escola althusseriana e o livro de Poulantzas têm por objeto teórico, simultaneamente, a reprodução da sociedade e a mudança social<sup>17</sup>. Na obra fundadora da escola, o livro *Lire le Capital*,

---

<sup>17</sup> O texto de Louis Althusser, cujo título é elucidativo a respeito dessa discussão – *Idéologie et appareils idéologiques d'État. Sur la reproduction des conditions de production* – foi publicado na revista *La Pensée* em 1970 – número 151 de maio-junho de 1970.

cuja primeira edição é de 1965, sete anos antes da palestra de Bobbio na Universidade de Catânia, uma alentada seção é dedicada a pensar teoricamente o problema da reprodução e o da transição, bem como as complexas relações entre ambos<sup>18</sup>. Aliás, o enfoque desses dois problemas é uma das características fundamentais dessa escola e marca todo o livro de Poulantzas PPCS.

Há outra questão interessante aqui. Bobbio comenta Talcott Parsons como o paradigma da sociologia acadêmica e distingue a teoria de Parsons da teoria marxista, porque aquela teria uma visão “integracionista” da sociedade, integracionismo esse propiciado, segundo Parsons na leitura de Bobbio, pelo subsistema cultural. De acordo. Porém, o que Bobbio não viu é que há uma aproximação entre Talcott Parsons e Nicos Poulantzas, entre o funcionalismo e a corrente althusseriana, ainda que seja uma aproximação secundária, pois a problemática de um e a de outra são diferentes – problemáticas e teorias diferentes podem se tocar em pontos secundários o que, de resto, confunde alguns estudiosos que, em vista de tais convergências secundárias, amalgamam teorias muito distintas. A diferença de fundo, a meu ver, é que os althusserianos têm uma solução teórica para explicar o surgimento da contradição e da crise revolucionária enquanto o funcionalismo não. Bobbio não podia ver tudo isso, pois se deixava guiar pela apresentação simplificada e simplista do marxismo que fizera na primeira parte do seu texto. Nesse esquema não caberia nenhuma corrente marxista que não fosse catastrofista.

O livro de Poulantzas não cabe no esquema desenhado por Bobbio. Ainda por outra razão e outro importante erro de leitura de Bobbio também decorre outro desajuste. Bobbio apresenta o marxismo como um tipo de historicismo, mas, como se sabe, Poulantzas e toda escola althusseriana têm outra posição nessa matéria. Bobbio não ignora completamente esse fato. Afinal, ao longo do livro de Poulantzas são

---

<sup>18</sup> Etienne Balibar, Sur les concepts fondamentaux du matérialisme historique. In Louis Althusser e outros, *Lire le Capital*, op. cit. pp. 419-568.

inúmeras as referências críticas ao historicismo. Porém, Bobbio afirma que “pelo menos num ponto” Poulantzas seria historicista. Esse ponto seria o seguinte: o objeto do seu livro é o Estado capitalista e não o Estado em geral. É verdade que o objeto é esse, mas é verdade também que Bobbio faria melhor se reconhecesse que Poulantzas não cabe no marxismo simplificado e enviesado da primeira parte do seu artigo do que afirmar ter descoberto um ponto – ufa! – no qual Poulantzas seria historicista.

Bobbio apresentou como característica fundamental do historicismo marxista a recusa em partir de teorias gerais sobre a política, a economia etc. Ora, se é verdade que Poulantzas tem por objeto, no livro comentado, o Estado capitalista que, obviamente, trata-se de um conceito que se aplica exclusivamente a um determinado período histórico, também é verdade, e isso é o que conta para a presente controvérsia, que ele parte sim de uma teoria geral do Estado para chegar à teoria do Estado capitalista. O Estado, sustenta Poulantzas, é, no geral e independentemente do período histórico considerado, uma instituição que organiza a dominação de classe. Essa é a definição que, seguindo a tese e os argumentos de Engels (*Origem da família, da propriedade privada e do Estado*) e de Marx (*Crítica do Programa de Gotha*), Poulantzas apresenta para o Estado em geral. Em seguida, ele concebe o conceito de tipos históricos de Estado, vinculados a diferentes modos de produção: escravista, asiático, feudal, capitalista. O que define um tipo histórico de Estado? O modo particular por meio do qual ele desempenha a função do Estado em geral. Os Estados pré-capitalistas apresentam-se abertamente como Estados de classe, enquanto o Estado capitalista dissimula a sua real natureza, apresentando-se como se fosse o Estado de todo o povo. Tal procedimento epistemológico é em tudo e por tudo diferente do historicismo e exatamente do historicismo tal qual o próprio Bobbio o definiu na primeira parte do seu artigo.

Sobre esse ponto, cabe outra consideração. Em artigo escrito nove anos depois, intitulado “Relações internacionais e marxismo”, e publicado na mesma coletânea que estamos utilizando, Bobbio reprova

o que seria o historicismo de Poulantzas, criticando-o por utilizar o conceito de Estado capitalista e, ao mesmo tempo, recusar o conceito de Estado em geral. Bobbio argumenta, e com razão, que o conceito de Estado capitalista supõe, obrigatoriamente, o conceito de Estado em geral<sup>19</sup>. O curioso aqui é que Bobbio refere-se agora ao livro de Poulantzas *L'État, le pouvoir, le socialisme*, publicado em 1978 e, no qual, justamente, Poulantzas abandona teses fundamentais do livro PPCS, dentre as quais a tese da necessidade de se partir de um conceito geral de Estado para se analisar os tipos históricos de Estado. Aqui, o que se pode notar é que Bobbio tampouco percebeu as mudanças ocorridas na teoria do Estado de Poulantzas entre o livro de 1968 e o de 1978, às quais nos referimos no início deste texto, embora tais mudanças tenham merecido pronto destaque na esquerda francesa e sido objeto de muitos debates<sup>20</sup>. Discutia-se em 1978 a estratégia dos partidos comunista e socialista para a constituição de um governo em torno do chamado Programa Comum. Conjuntura muito diferente daquela de 1968 que foi quando veio à luz o PPCS.

\*\*\*\*\*

Bobbio afirma que o livro de Poulantzas PPCS é obscuro e confuso. Ao fazê-lo, revela desconhecer o debate no qual o livro está inserido, destaca uma passagem muito secundária do livro e não

---

<sup>19</sup> Norberto Bobbio, *Nem com Marx, nem contra Marx*, op. cit., pp. 238-239. O mesmo acontece no artigo intitulado “Teoria do Estado ou teoria do partido?” de 1978. Também nesse ensaio, Bobbio reprova Poulantzas pelo mesmo motivo e citando o mesmo livro. Ver *Nem com Marx, nem contra Marx*, p. 274.

<sup>20</sup> Documento significativo desse debate é a entrevista polêmica concedida por Nicos Poulantzas a Henri Weber em 1977 publicada na revista *Critique Communiste*. A entrevista original foi republicada em 2009 pela revista *Contretemps*. Ver o link: <https://www.contretemps.eu/letat-et-la-transition-au-socialisme-interview-de-nicos-poulantzas-par-henri-weber/>. Existe uma tradução brasileira dessa entrevista publicada pela revista *Teoria & Política*, n. 4, 1982.

apresenta contra ela argumentação alguma. Satisfaz-se em afirmar que não a entendeu. Utiliza, no plano geral do seu ensaio, uma versão simplificada e particular do marxismo à qual o livro de Poulantzas não se ajusta – e nós vimos que não se ajusta no terreno da epistemologia, da teoria e da metodologia. No entanto, ele toma o livro como exemplo desse marxismo. É como usar régua para medir o peso. Tal impropriedade está associada a inúmeros erros de leitura da obra de Poulantzas. Decididamente, Bobbio não é um bom leitor de Poulantzas e suas críticas e comentários carecem de fundamentação.

